

BANCARINHO

1297 18/11/2026 ANO XXVII FETEC/CN-CONTRAF-CUT

Sindicato dos Bancários de Dourados e Região-MS - *E-mail: contato@bancariosms.com.br*

O futuro da Cassi em votação

A CONSULTA VAI DE 18 A 25 DE NOVEMBRO

O Banco do Brasil e as entidades representativas assinaram um memorando de entendimentos que formaliza o aporte extraordinário de R$ 2,288 bilhões para recompor as reservas da Cassi. O banco deve arcar com 60% do valor - R$ 1,373 bilhão, enquanto os associados ficam com os 40% restantes (R$ 915 milhões). O pagamento será dividido em 18 parcelas mensais, a primeira em dezembro.

O acordo também garante a continuidade das negociações sobre reivindicações históricas dos funcionários, como a contribuição patronal para trabalhadores admitidos a partir de março de 2018, a inclusão de funcionários de bancos incorporados ao plano de saúde, a ampliação da idade dos dependentes e a possibilidade de retorno de ex-associados.



Votação: O cumprimento, no entanto, está condicionado a aprovação da proposta por parte dos associados. A consulta começou nesta quarta-feira (18) e segue até o dia 25 de novembro, pelo sistema interno do BB. A participação dos funcionários é fundamental.

POR QUE VOTAR SIM?

A aprovação do aporte é fundamental para recompor as reservas da CASSI, evitar o agravamento da crise financeira e preservar a continuidade dos serviços oferecidos aos associados e seus dependentes

Gestão do BB transfere pressão

Gerentes gerais do Banco do Brasil denunciaram ao movimento sindical a pressão da direção da empresa durante reunião virtual com toda a rede, que se estendeu até as 20h. Segundo os relatos, o encontro foi marcado por cobranças e tentativas de responsabilizar as unidades de varejo pelo desempenho financeiro da instituição bancária.

A postura é inadmissível. Além do abuso, a queda de 66,5% no lucro líquido ajustado, que ficou em R$ 1,27 bilhão, está relacionada principalmente ao aumento da inadimplência e das provisões em grandes operações do agronegócio e do atacado, áreas cujas decisões de crédito não estão sob responsabilidade das agências.

Além de transferir aos trabalhadores a pressão pelos problemas, manter bancários em reuniões até altas horas desrespeita a jornada e o direito à desconexão, agravando o desgaste físico e mental dos gestores.

Economia aquecida com o 13º salário

O pagamento do 13º salário, conquista da mobilização da classe trabalhadora e do movimento sindical, deve injetar R$ 399,1 bilhões na economia brasileira, o equivalente a 2,9% do PIB. O benefício chegará a 99,7 milhões de brasileiros, entre trabalhadores formais, aposentados e pensionistas, com valor médio estimado em R$ 3.720,00.

Segundo o Dieese, cerca de 72% dos recursos (R$ 287,4 bilhões) serão destinados aos trabalhadores formais, incluindo empregados domésticos. Os outros 28% (R$ 111,6 bilhões) beneficiarão aposentados e pensionistas. Os números reforçam a importância da formalização do trabalho, da garantia de direitos e do 13º salário para a renda das famílias e o desenvolvimento da economia.

Combate ao Racismo

O Dia Nacional de Combate ao Racismo, celebrado em 18 de novembro, é uma oportunidade para reforçar a importância do enfrentamento à discriminação racial e da construção de uma sociedade com igualdade de direitos e oportunidades. A data, na semana do Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra (20 de novembro), ganha ainda mais significado em um mês marcado por reflexões, atividades e mobilizações contra o racismo. É também um momento para valorizar a história, a cultura e a resistência da população negra, além de denunciar as desigualdades que ainda persistem.

Caixa desrespeita decisão do TST

A Caixa voltou a cobrar contribuições indevidas ao Saúde Caixa sobre valores recebidos por empregados em ações trabalhistas anteriores a janeiro de 2026. As denúncias, recebidas pelo movimento sindical, indicam que o banco pode estar descumprindo uma regra negociada com os trabalhadores e mantida pelo TST (Tribunal Superior do Trabalho). Vale destacar que, conforme o parágrafo 5º da cláusula 2ª do aditivo do Saúde Caixa, as contribuições sobre valores remuneratórios recebidos em ações judiciais só podem incidir sobre pagamentos realizados a partir de 1º de janeiro de 2026.

O calote do agronegócio

Os dados deixam evidente que o agro contamina o país. Enquanto a agricultura familiar mantém a inadimplência em torno de 3%, médios e grandes produtores chegam a 12,5%, segundo dados do Banco do Brasil. O índice é mais de quatro vezes superior ao registrado no Pronaf, programa destinado aos pequenos agricultores. O BB aponta que parte dos produtores de maior porte deixou de pagar ou renegociar dívidas, mesmo diante das condições oferecidas, na expectativa de obter vantagens ainda maiores ou perdão dos débitos após as eleições, acreditando na vitória de Flávio.